

falar a própria língua e de comer alimentos tradicionais. As punições eram castigos severos. No início, ele conta que não entendia a gravidade daquelas atitudes, mas, aos poucos, a tomada de consciência veio. O contexto mundial, de pós-guerra, e início da constituição de organizações de defesa dos direitos humanos ajudou a combater o processo integracionista.

“Muitos intelectuais, como Darcy Ribeiro, começam a criar frentes de resistência e luta contra o projeto colonial do Estado brasileiro de desaparecimento. De certa maneira a gente foi motivado por isso a pensar, e aí já caiu a consciência, e se define essa nova pauta histórica”, resume o professor.

Uma vida em três dimensões

Militância, academia e gestão pública. Essas são as três dimensões que Gersem construiu de maneira integrada ao longo dos anos. “No movimento indígena, eu sou mais conhecido como uma liderança do que como um educador, porque a minha vida inteira fui isso. Dirigi as principais organizações indígenas do Brasil”, diz. Foi um dos fundadores e dirigente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), além de integrar a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Participou da criação do Acampamento Terra Livre (ATL), maior assembleia dos povos e organizações indígenas do país, que ocorre sempre no mês de abril, em Brasília.

Na gestão pública, atuou como secretário municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira, na década de 1990, e como coordenador geral de Educação Escolar Indígena no Ministério da Educação. “Fizemos todo um trabalho histórico, até hoje referência, não só no município como no Brasil”, orgulha-se. Três anos depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), que instituiu a educação escolar indígena pela primeira vez como política nacional, Gersem foi pioneiro em implementar as diretrizes da nova legislação. “Antes, tudo era rural. Todas as escolas em aldeias eram chamadas rurais, professores indígenas eram chamados professores rurais. A gente essa transformação, não apenas de nomenclatura, mas conceitual, pedagógica.” Também foi conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE) por dois mandatos.

A trajetória acadêmica, que acabou se tornando um elo entre essas

Fotos: Arquivo Pessoal



O professor Gersem com a filha Adriane, em 2007



Navegando pelos rios do Alto Rio Negro, em 1990



Reunido com lideranças indígenas do Maranhão, em 2001



Diretoria eleita da Coiab em 1996, entidade que ajudou a fundar



Líderes do Alto Rio Negro na PGR, em 1991: demarcação de terras indígenas

duas outras dimensões, foi um processo de descobertas e de concretizar o inimaginável. “Quem nasceu naquele sítio, numa aldeia, não podia nem sonhar que um dia poderia sentar numa cadeira universitária como aluno”, diz o professor.

A distância era o primeiro empecilho. Mais de mil quilômetros separam a aldeia, em São Gabriel da Cachoeira, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Na década de 1990, no entanto, quando Gersem já era uma liderança indígena, um projeto de interiorização da instituição teve início. “Até então, Ufam era só Manaus. E alguns cursos que não eram tão concorridos na capital eles levaram para o interior.”

Certo dia, sintonizado no rádio, Gersem ouviu que estavam perto do

fim as inscrições para o vestibular. A notícia da aprovação no curso de filosofia, tempos depois, chegou como uma surpresa. “Foi fantástico para a minha geração. A maioria dos alunos que fizeram parte dessa primeira turma - 60% era indígena - acabaram se tornando lideranças: prefeitos, vereadores, dirigindo organizações, e assim por diante.” Ele se tornou, então, um dos poucos indígenas com diploma de graduação no Brasil.

Foi nessa época que Gersem participou de outro marco na história dos povos indígenas no Brasil, o Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI)>>. Primeiro projeto apoiado com financiamento internacional, deu condições técnicas, legais e administrativas para passar recurso diretamente a

indígenas. Até então, para receber qualquer verba era necessário que o processo passasse pela Funai. “Prevalecia a ideia de que os índios eram incapazes, a ideia da tutela, que era uma lei no Código Civil de 1973”, explica o pesquisador. “Deu certo. Tanto é que, hoje, o governo financia diretamente projetos indígenas sem intermediação da Funai.”

As portas abertas de um mundo novo

“Aí percebi que entrei no mundo burocrático do branco, que é altamente complexo, e minha formação de graduação ficou pequena”, diz. Era hora de seguir com a pós. Entrou para o mestrado já na UnB e, em seguida, o doutorado, concluído em 2010. Dois anos antes, passou no concurso para dar aulas na Ufam. Este ano, voltou a Brasília, dessa vez como professor do Instituto de Ciências Sociais.

Neste primeiro semestre, ministra a disciplina de Introdução à Antropologia na graduação. A ideia é passar a atuar também na pós, com disciplinas mais específicas, voltadas às epistemologias indígenas. “Acho que quando me convidaram para vir aqui queriam isso, alguém que complementasse. Para trazer algo de novo, de diferente, para ampliar o leque de conhecimento, de ciências que são trabalhadas aqui.”

Novo contexto, mesmos riscos

A ameaça de um fim iminente na virada do século se transformou em décadas de luta pela sobrevivência que elevaram de 50 mil para 1 milhão o número de indígenas no Brasil hoje. “A gente reverteu esse processo, e daí passamos a ter inúmeras conquistas, muitas. Por isso que eu disse que eu me orgulho dessa minha geração”, avalia o professor. Atualmente, reforça Gersem, não há aldeia sem escola e são 100 mil os indígenas com educação superior no país.

Mas os desafios se mantêm. “A gente está vivendo, de novo, é claro que em outro contexto, a sensação de que há um projeto do Estado querendo que a gente desapareça”, relata Gersem. Uma das questões mais urgentes, avalia o professor, é a do território e a necessidade de rompimento com a visão integracionista. “Sem terra para índio ele não vive, porque ele não vai ser índio em apartamento, em cidade. Ele precisa da terra, do território da floresta, do rio, para ele viver a cultura dele. Ser indígena é viver a cultura.”